

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT20.038](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT20.038)

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLITECNIA: REPERCUSSÕES NA ENFERMAGEM

Marcela Araújo Galdino Caldas

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa em Educação Profissional e Tecnológica (Profept), atua no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (Ufal), marcelaagcaldas@gmail.com;

Roberta Carozo Torres

Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Sergipe, professora no Instituto Federal de Alagoas, roberta.torres@ifal.edu.br.

Erika Patricia Rodrigues de Melo

Mestranda em Ensino em Saúde e Tecnologia, Universidade Estadual de Ciências da Saúde do Estado de Alagoas, erika_melo2@hotmail.com;

Maria do Socorro Ferreira dos Santos

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do Instituto Federal de Alagoas, socorrofsantos@yahoo.com.br;

RESUMO

Na Enfermagem, a formação profissional permite a formação de técnicos em enfermagem, com duração de dois anos e de enfermeiros por meio do curso superior durante cinco anos. O período menor destinado à formação de profissionais técnicos possibilita ao estudante adentrar no mundo do trabalho em menor espaço temporal. Nesse sentido, o objetivo foi identificar a relação entre trabalho e educação na enfermagem, relacionando aspectos históricos na educação que repercutiram na configuração da profissão. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa. De acordo com os registros foi possível identificar que a fragmentação do saber na enfermagem é algo substancialmente arraigado, que por décadas manteve a ênfase

na divisão de tarefas, trabalhando de forma segmentada, diante de uma dicotomia, uns são formados para o fazer, outros para o saber. Os resultados do estudo apontam a relevância de uma educação emancipatória, não restrita à típica visão tecnicista. Aponta-se a formação integral como percurso para a formação de seres sociais em detrimento da capacitação profissional apenas para desenvolver determinadas tarefas.

Palavras-chave: Educação profissional, Educação integral, Enfermagem, Politecnia.

INTRODUÇÃO

A enfermagem é uma profissão amplamente conhecida e presente em diversas áreas: saúde pública, hospitalar, empresas, atividades de promoção e prevenção de agravos, gestão, entre outras. Há duas opções de formação: o curso técnico, com período estimado de dois anos e o curso superior, que forma enfermeiros e dura em média cinco anos.

O curso técnico em enfermagem é voltado para a formação de estudantes que tenham concluído o nível médio e almejem exercer a profissão de técnico em enfermagem. A matriz curricular é composta por disciplinas em sala de aula, laboratórios e estágios supervisionados. Esta modalidade de curso forma o profissional em um período de tempo menor que um curso superior e possibilita ao estudante a oportunidade de adentrar no mundo do trabalho em menor espaço temporal.

Acerca da Educação Profissional, verifica-se pluralidade temática nos estudos investigados. Ferreira e Mosqueira (2010) destacam aspectos relativos à formação dos professores neste cenário e indicam a particularidade de necessitarem ter experiência profissional e dupla carreira. Decorrente disto, a docência passa a ter menor impacto pedagógico, em tese, já que um número expressivo desses profissionais tem experiência de sala de aula sem formação como licenciando. Esta realidade apresenta como foco a transmissão das técnicas que preparam para o exercício da profissão, assim, a instrução pelo/no trabalho é priorizada em detrimento da formação para o mundo social.

Tal constatação não diminui o valor desses professores, no entanto, preocupa em relação à qualidade da formação no âmbito da educação profissional. Historicamente, é necessário considerar, que esta era voltada a atender as demandas do mercado e a educação costumava ser fortemente influenciada pelos interesses econômicos do Estado, sem ter como objetivo principal a reflexão crítica nos ambientes da sala de aula.

Com o objetivo de identificar a relação entre trabalho e educação na enfermagem, relacionando aspectos históricos na educação que repercutiram na configuração da profissão é apresentada a forma na qual a educação passou a fazer parte do desenvolvimento

humano, o impacto da divisão de classes no processo de divisão do trabalho e as repercussões para o processo formativo dos profissionais dessa área.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa. É uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Rampazzo (2013) este tipo de pesquisa observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador.

É considerado de abordagem qualitativa, pois não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Realizaram-se dois levantamentos bibliográficos: um com o objetivo de compreender a relação existente entre trabalho, educação e politécnia e o segundo na perspectiva de delinear o percurso dos cursos de formação na enfermagem, possibilitando correlacionar as influências entre os dois aspectos apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O homem é um ser social e ao longo de sua história a educação vem se configurando como fundamental para seu desenvolvimento. Nas comunidades primitivas o homem aprendia a trabalhar trabalhando, não havia divisão de classes. Porém, com o desenvolvimento da produção, iniciou-se o processo de divisão de trabalho, então, já nem todos trabalhavam, uns passaram a viver do trabalho dos outros e foi, neste momento, que se delineou a separação entre trabalho e educação (SAVIANI, 2007).

Ao discutir a origem da educação, o autor supracitado, afirma que esta coincide com a origem do homem, considerando que o homem tinha que adaptar a natureza de acordo com suas

necessidades, agindo sobre a mesma e transformando-a, fato que o destaca dos demais animais. Para o autor, o trabalho é a essência humana, o homem não nasce homem, mas forma-se homem, e esta produção do homem é a formação dele mesmo e consiste em um processo educativo.

A DUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Desde o escravismo, com o surgimento de classes sociais, houve uma divisão na educação, esta passou a não coincidir totalmente com o processo de trabalho. Começou a existir dois tipos de educação: a da classe proprietária, que preparava os indivíduos para a arte da palavra, o serviço militar e atividades intelectuais e a da classe não-proprietária, voltada a habilitar para o processo de trabalho. Nesta conjuntura, acentuou-se a divisão de classes na sociedade bem como a separação entre educação e trabalho, a educação passou a ser considerada os conhecimentos adquiridos na escola (SAVIANI, 2007).

Identifica-se nas pesquisas o encetamento da dualidade estrutural presente no sistema educacional em tempos hodiernos. Grabowski e Kuenzer (2016) ao tratar desta temática, classificam tal dualidade como assumida e negada. A assumida predominou durante as primeiras décadas do século XX, no denominado período do Taylorismo/Fordismo, no qual a classe trabalhadora desenvolvia um trabalho fragmentado, repetitivo e pouco complexo.

Em meados do século XX, delineia-se a dualidade negada, presente ainda na atualidade, como resultado do regime de acumulação flexível, que exige trabalhadores multitarefas, amplia-se a educação básica a toda a classe trabalhadora, possibilitando o uso de sua mão de obra ao longo da cadeia produtiva, de acordo com a necessidade do capital. O discurso de superação da dualidade utilizado, no entanto, não se concretiza, a dualidade permaneceu de forma negada, pois a classe dominante, que detém mais capital e anteriormente possuía o acesso à educação geral agora é reservada a educação especializada com bases tecnológicas (GRABOWSK; KUENZER 2016).

Segundo Antunes e Alves (2004), a classe trabalhadora sofre mutações à medida que o sistema econômico também se modifica

e com isso as relações sociais e do trabalho. Saviani (2007) relata que ao institucionalizar a educação, a escola foi criada para atender aos que viviam no “ócio”, que se mantinham através do trabalho dos outros e, por essa razão, dispunham de tempo para adquirir conhecimentos diversos nessa instituição. Para os demais, a educação continuava voltada a aprender a trabalhar.

Como caminho para a superação da dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, Saviani (1989) destaca a politecnicidade, pois entende que esta não corresponde ao domínio de várias técnicas, mas a algo mais amplo, como o conhecimento do processo. Na abordagem marxista, o conceito de politecnicidade implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificadamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo (SAVIANI, 2003).

A POLITECNIA E A INTEGRALIDADE DO ENSINO

Moura;Lima Filho e Silva (2015), registram que o modo de produção capitalista tem como estratégia a divisão social e técnica do trabalho, havendo uma relação dialética entre as forças que estão em disputa. Neste sentido, a lógica capitalista é parcialmente retida, contudo verifica-se um sistema educacional classista que,

[...] separa trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica,ou seja, uma escola que forma seres humanos unilaterais, mutilados, tanto das classes dirigentes como das subalternizadas. (MOURA; LIMA FILHO;SILVA, 2015, p. 1059)

Savianni (1989) defende que a união entre trabalho manual e intelectual só poderia se concretizar mediante a superação da apropriação privada dos meios de produção. Para o autor, todo o processo produtivo deveria estar acessível à coletividade, com vistas a romper o modelo vigente da sociedade e permitir que todos pudessem dispor de tempo para o trabalho intelectual e manual. Verifica-se, porém que o capitalismo,

[...] se baseia na propriedade privada dos meios de produção, e os frutos desse processo são apropriados privativamente, o que faz com que o usufruto do

tempo livre só exista para uma pequena parcela da humanidade, enquanto que os trabalhadores, em que pese o crescimento da riqueza social, são lançados na necessidade de prosseguir num processo de trabalho forçado. (SAVIANI 1989, p.16)

Moura;Lima Filho e Silva (2015) relatam essa situação ao explicar os diversos projetos em disputa na educação brasileira, considerando que em 1990 as políticas educacionais obrigaram a separação entre o ensino médio e a educação profissional reforçando o caráter instrumental da educação, em especial no âmbito da educação profissional.

Com o Decreto 5.154/2004, tem-se a oportunidade de integração entre eles e de certa forma a possibilidade de aproximação com o ensino politécnico, no entanto ainda permaneceram as modalidades ensino subsequente e concomitante, isto é, a oferta do curso técnico após a conclusão do médio ou a realização do curso técnico paralelo ao ensino médio. Estas e outras modalidades vêm se desenvolvendo desde 2004, mas de certa forma teve maior representatividade no âmbito dos Institutos Federais (IF) – criados sob a lei n. 11.892/2008 (MOURA;LIMA FILHO;SILVA, 2015).

Ao tratar da ampliação da rede federal, Moura, Lima Filho e Silva (2015) afirmam,

Isso significa a ampliação das possibilidades de muitos brasileiros terem acesso a uma educação de qualidade, posto que, atualmente, são poucas as redes estaduais com condições de garantir esse direito à população, apesar de ser responsabilidade dos estados à universalização do acesso ao ensino médio. (MOURA, LIMA FILHO;SILVA, 2015, p.1074).

A proposta do Ensino Médio Integrado é defendida por Araújo e Frigotto (2015) e vem ao encontro do que os autores Moura, Lima Filho e Silva (2015) expõe em relação ao ensino politécnico de Marx e a escola unitária de Gramsci, que corroboram para a emancipação do indivíduo. No entanto, Marx e Gramsci já apontavam que suas propostas só poderiam ser efetivadas quando a classe trabalhadora ascendesse ao poder e a educação não estivesse a serviço do capital.

Araújo e Frigotto (2015) utilizam o termo ensino integrado e não apenas ensino médio integrado por considerar que toda a educação necessita desta mudança e reforçam que não existe uma fórmula ou manual para se implantar tal proposta, para os autores, o importante é alinhar o ensino aos princípios do currículo integrado: contextualização, interdisciplinaridade e compromisso com a transformação social.

A implantação do Ensino Médio Integrado é complexa, não se resume a adoção de uma política educacional, mas a uma ampla sensibilização de docentes, discentes e gestores, que somando forças tendem a promover a transformação. A politecnicidade defendida por Marx já apresentava uma tendência à integralidade do ensino ao ressaltar que a educação deve ser composta pelos três segmentos: mental (intelectual), físico e tecnológico. Gramsci seguia linha semelhante, utilizando a denominação escola unitária para defender um ensino mais humano, que visava o desenvolvimento do homem para uma compreensão da totalidade social, tendo como base o princípio educativo do trabalho social e a não manipulação da educação em prol dos interesses hegemônicos (MOURA, LIMA FILHO, SILVA, 2015).

Savianni (2007) indica a importância da formação de politécnicos em lugar de técnicos especializados. Ressalta ainda que a proposta é contrária ao que se objetiva no ensino médio profissionalizante, no qual “há um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo” (SAVIANNI 2007, p.161).

Araújo e Frigotto (2015) ao tratar do ensino integrado utiliza a ideia hegeliana para explicá-lo “a verdade é o todo”, defendendo uma leitura ampla da realidade, com desenvolvimento da força criativa, autonomia intelectual e política em detrimento das perspectivas reducionistas de ensino, comprometidas com capacidades cognitivas básicas e instrumentais. Os autores apontam as impossibilidades da apropriação cognitiva almejada, caracterizando-a como utópica,

É uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura

sistematizada e que se compromete como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e mentais (ARAÚJO; FRIGOTTO 2015, p.62).

Ciavatta e Ramos (2011) identificam as dificuldades de uma formação integrada, acreditando em sua implantação sustentada por um projeto coerente para sua realização, com objetivos direcionados a formação humana, laboral, cultural e técnico-científica, centrados no sujeito e não no mercado de trabalho. Adotam uma concepção de formação humana integrada: trabalho, ciência e cultura, capaz de orientar a educação geral e profissional, numa perspectiva politécnica e omnilateral, na qual se têm o trabalho como princípio educativo, concedendo-lhes o entendimento das relações sociais de produção, do processo histórico e contraditório das forças produtivas.

O PERCURSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

Caverni (2005) indica que o aspecto profissional da categoria só surgiu através da prática de cuidados por mães e escravos nas residências no Brasil e o ensino sistematizado da prática do cuidar surgiu em 1890, com a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospício de Alienados, localizados no Rio de Janeiro.

Bonini et al.(2015) relatam que a ascensão da enfermagem enquanto categoria profissional ocorreu de fato durante a industrialização, momento no qual as novas formas no modo de produção e o uso de diferentes tecnologias demandaram profissionais especializados para suprir as necessidades do mercado com formação específica que pudesse atender as relações sociais.

No início do século XX, o Brasil possuía poucas escolas de enfermagem, as quais estavam associadas a hospitais e formavam pessoal para atuar na própria instituição. No entanto, existia a preocupação em relação à formação técnico-científica e ético-política da enfermagem, devido à forma na qual as escolas a realizavam (BONINI et al.,2015).

A ENFERMAGEM MODERNA NO BRASIL (1920)

Bonini et al (2015) afirmam que um marco para o surgimento do primeiro modelo de enfermagem em saúde pública no Brasil foi a Reforma Sanitária, em 1920, à época, o país era considerado atrasado em relação ao processo de industrialização que vinha se instalando nos países desenvolvidos.

Em decorrência do crescimento sem ordenação e planejamento da população nas cidades, principalmente pela imigração nacional e estrangeira, as condições sanitárias tornaram-se precárias. Houve aumento no número de enfermidades, agravadas pela falta de estrutura das moradias e a intervenção do Estado para controlar tal situação se configurou durante a reforma sanitária no Brasil. Carlos Chagas se manteve a frente do movimento que ao tentar redefinir as funções do Estado relacionadas às questões sanitárias implantou o programa de cooperação técnica da Fundação Rockefeller que trabalhava para substituir o conceito de “polícia sanitária” por “educação sanitária”, no Rio de Janeiro, capital federal vigente (SANTOS et al., 2011).

O programa em questão evidenciou a necessidade de um profissional que atendesse às demandas da “educação sanitária”, capaz de fazer um paralelo entre as funções dos guardas sanitários e dos médicos, tal atribuição foi designada aos enfermeiros. Além das campanhas sanitárias foi defendido que a qualidade dos profissionais era indiscutivelmente importante à saúde da população. Aliado a tal pressuposto, o Estado realizou alianças com o governo norte-americano e do período de 1921 a 1931 estabeleceu-se a Missão Parsons no Brasil, que influenciou a enfermagem do país em larga escala (BARREIRA, 1998).

Santos et al.(2011), indicam que as ações desenvolvidas foram direcionadas a adaptar a enfermagem brasileira aos padrões norte-americanos, sob a justificativa da falta de um padrão de ensino nas escolas brasileiras. Nesse contexto, a necessidade de um profissional preparado que desenvolvesse ações preventivas e de promoção à saúde eram iminentes. Sob essa justificativa Chagas firmou acordo com a Fundação Rockefeller de modo que um grupo de enfermeiras norte-americanas pudesse vir ao Brasil e organizar

o ensino da profissão nos padrões dos países anglo-saxões, esse grupo tinha à frente a enfermeira Ethel Parsons.

Em relação aos padrões estabelecidos pelas norte-americanas, Barreira (1998) aborda os requisitos que uma candidata ao cargo de enfermeira de saúde pública deveria apresentar,

[...] ter uma recomendação da diretora da escola e submeter-se a uma banca de concurso público composto pelo secretário geral do Departamento nacional de Saúde Pública (DNSP), pela inspetora do serviço de enfermeiras e pela diretora da divisão de enfermeiras. A necessidade dessa segunda seleção era defendida por mrs Parsons, que julgava ser 'comum que jovens, com um curso brilhante, falhem lamentavelmente na prática do cargo de enfermeira de saúde pública'. A 'inaptidão para a especialidade' poderia se evidenciar pela incapacidade de agir por conta própria, quando necessário, por não possuir as qualidades 'de caridosa paciência e carinhosa persuasão necessárias à catequese sanitária do povo', ou ainda 'por falta de resistência física no exercício dessa função' (BARREIRA, 1998, p.49).

O alto nível de exigências se contrapunha aos baixos salários e condições de trabalho da categoria, pois para ingressar no curso de formação era necessário se submeter a uma rígida seleção. Outro critério era a conclusão do curso normal, cujo acesso exigia possuir uma boa condição financeira, para tal, a candidata deveria ao menos pertencer à classe média (MONTEIRO, 2009).

Barreira (1998) expõe ainda que Ethel Parsons valorizava a diferenciação entre as funcionárias treinadas pelos médicos para auxiliá-los na visitação e as enfermeiras diplomadas pela Escola de Enfermeiras.

Conforme indicam Santos et al. (2011),

Ao longo de uma década, a luta simbólica das enfermeiras americanas foi a de construir a imagem de uma enfermeira solidamente preparada [...] Nessa luta, verificou-se que o processo de formação da enfermeira brasileira comportou estratégias que visavam dar visibilidade à nascente profissão perante a sociedade brasileira, mediante a institucionalização de

rituais e emblemas da profissão e a adoção de uma rígida disciplina, que modelava o comportamento da futura enfermeira (SANTOS et al., 2011, p. 967).

A missão Parsons permaneceu durante dez anos no Brasil, Santos et al. (2011) considera que a criação da Escola Anna Nery, em 1922, representa o marco para a implantação do modelo de formação criado por Florence Nightingale e a enfermeira Ana Néri pode ser designada a representante da enfermagem brasileira, por sua representatividade na construção de um novo modelo de formação de enfermeiras no país.

Diante do exposto, verifica-se que a visibilidade e reconhecimento da Enfermagem moderna foram amplamente influenciados pelo padrão norte americano e a considerada enfermagem moderna foi implantada no Brasil pelas enfermeiras envolvidas na missão da Reforma Sanitária.

AS REPERCUSSÕES DO ESTADO NOVO PARA A ENFERMAGEM

No período de 1937 a 1945, conhecido por Estado Novo, o Brasil foi governado pelo presidente Getúlio Vargas, que buscava o desenvolvimento do país mediante a industrialização e também foi marcado pelos acordos com os Estados Unidos da América (KNEODLER et al., 2017).

Com a Revolução Industrial de 1930, esperava-se a predominância da base urbano-industrial, no entanto apenas em 1956 foi que a renda de tal setor superou a agricultura. Indubitavelmente, o Estado foi responsável por desenvolver mecanismos para manter tal situação e isto acarretou em diversos desdobramentos para o Brasil, que cresceu sem planejamento, gerando problemas sociais (OLIVEIRA, 2003).

Nesse contexto, Oliveira (2003) defende que o subdesenvolvimento atribuído ao Brasil é na realidade uma produção do capitalismo, existindo uma simbiose entre o atrasado e o moderno, necessário a manutenção do sistema de acumulação. Para o autor, o círculo vicioso da pobreza colabora para a construção do mundo da dualidade, há uma oposição entre as classes internas, de forma que o atrasado é preservado não em decorrência apenas do

subdesenvolvimento, mas como uma forma de preservar os interesses hegemônicos.

Nesse ínterim, o Brasil permitiu que os EUA explorassem a matéria prima em seu território, principalmente a borracha, utilizada para a defesa da Segunda Guerra Mundial, em contrapartida, recebeu trabalhadores da saúde especializados com o objetivo de realizar treinamentos profissionais de médicos, enfermeiras, visadoras sanitárias, entre outros, juntos aos projetos do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) (BONINI, 2015).

Segue-se então o desenvolvimento da enfermagem sob influência norte americana. Percebe-se que, o Brasil se desenvolvia, no entanto, os problemas sociais se agravavam, as patologias se disseminavam e era exigido um maior número de profissionais na área da saúde bem como um melhor preparo.

A dificuldade em aumentar o número de enfermeiros, consistia na exigência do ensino secundário para as mulheres, que nem sempre se interessavam em exercer tal atividade em razão do investimento necessário para a realização do curso e os baixos salários recebidos pela categoria. Havia duas maneiras para resolver tal problemática: aumentar o número de escolas, mas não existia docentes suficientes, ou fragmentar a profissão, com inserção do auxiliar de enfermagem (MONTEIRO, 2009).

Santos et al. (2011) e Caverni (2005) indicam a Lei n. 775 de 1949 que dispõe sobre o exercício da profissão e regulamentou o cargo de auxiliar de enfermagem, permitindo uma exigência menor em relação ao grau de instrução, pois autorizou mulheres com formação inicial até a 4ª série se formarem como auxiliares, no entanto, houve repercussão também nas atribuições desempenhadas em seu trabalho.

Identifica-se que a criação dessa nova classe teve como objetivo atender a uma demanda do mercado e mascarar as fragilidades do ensino brasileiro, conforme apontam Bonini et al. (2015), a realidade no ensino obrigava as escolas de enfermagem a fazerem concessões relativas ao grau de ensino de seus candidatos.

Caverni (2005) considera também que a Constituição de 1937 corroborou para favorecer a dicotomia entre o técnico e o acadêmico, ao permitir a formulação de Leis Orgânicas da Educação Nacional e favorecer a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, além da transformação das escolas de aprendizes e artifices em escolas técnicas federais.

A categorização da enfermagem pode ser oficialmente atribuída a Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986. Nesta, houve a subdivisão da enfermagem pelo grau de habilitação e função, tornando privativo o exercício da enfermagem ao enfermeiro, técnico em enfermagem, auxiliar e parteira (BRASIL,1986).

Caverni (2005) expõe que a categoria de técnico em enfermagem emerge como classe mediadora para preencher o espaço que havia entre a profissão de ensino superior, que formava enfermeiros para aqueles que concluíssem o curso secundário completo e os auxiliares de enfermagem destinados aos que apenas possuíam o curso primário.

O SABER QUE E O SABER COMO NA ENFERMAGEM

A análise da história da educação profissional brasileira identifica a diferenciação entre a educação ofertada as diferentes classes. As pessoas de classes inferiores eram destinadas ao ensino de ofícios e aos filhos dos dirigentes era reservada a educação na área acadêmica e literária, estes eram preparados para pensar e aqueles para fazer.

Ao tratar de tal dicotomia, Barato (2008) discute a divisão entre a teoria e a prática ainda presente nos sistemas de ensino nos tempos hodiernos e a divisão entre o **saber que** e o **saber como**. Pode-se associar tal crítica ao ensino na enfermagem, no qual, existe o enfermeiro com formação voltada ao **saber que** e o técnico em enfermagem ao **saber como**.

Pires;Gelbcke e Matos (2004) indicam que a enfermagem tem centrado seu trabalho no fazer em detrimento do pensar, sem envolver o prazer do processo criativo no trabalho humano e associam esse cenário ao que a sociedade espera do trabalhador: eficiência, agilidade e produtividade.

Os serviços de enfermagem não produzem bens materiais, como uma peça, uma engrenagem de automóvel, mas sim um bem imaterial que é a saúde. Porém, acompanhando a evolução da sociedade capitalista a enfermagem organizou seus serviços

baseando-se na lógica do trabalho fabril, obediência às hierarquias, cumprimento de horários cronometrados rigidamente e sob supervisão, o que evidencia o modelo taylorismo-fordismo (PIRES, GELBCKE, MATOS, 2004).

Gelbcké (2002) indica a forma de organização do trabalho da enfermagem como fator impeditivo para uma participação mais ativa e criativa nos processos decisórios de seus próprios procedimentos técnicos, pois se verifica contínua cobrança aos trabalhadores quanto à ordem, à disciplina, ao ritmo do trabalho.

Algumas instituições adotavam o modelo de divisão por tarefas para organizar o trabalho da equipe de enfermagem, de modo que cada técnico de enfermagem executava cuidados parcelares, de acordo com o dia de trabalho ele exercia a mesma atividade para todos os usuários que a tivesse prescrita. Essa fragmentação dificultava a interação sujeito – sujeito e se assemelha ao modelo taylorista-fordista (PIRES; GELBCKE; MATOS, 2004).

Os trabalhadores de nível médio são os mais expropriados de sua subjetividade, sem participação efetiva nos processos decisórios, o fazer é característica predominante em suas atribuições. Atualmente, as instituições vêm implantando o modelo de cuidado integral, no qual a assistência prestada ao usuário não é fragmentada em tarefas, mas atribuída a um técnico em enfermagem para ser realizada como um todo, mas, ainda não existe uma participação efetiva desse profissional nas discussões e tomadas de decisões, com permanência da função restrita à execução de atividades (MATOS;PIRES, 2002).

Nesse sentido, cabe ao enfermeiro conhecer todo o processo do cuidado, aprendendo as técnicas de enfermagem, mas com ênfase no conhecimento da teoria e da supervisão de equipes, enquanto ao técnico é designada uma formação centrada no domínio da execução das técnicas/tarefas, sem priorizar as razões que embasam a realização de suas ações.

Pires;Gelbcke e Matos (2004) listam exemplos dos princípios baseados no taylorismo-fordismo adotados na enfermagem: hierarquia rígida, divisão do trabalho em tarefas, ênfase no ‘como fazer’, uso de manuais de procedimentos, normas, rotinas, escalas diárias de distribuição de tarefas e a fragmentação da assistência. Para as autoras, a Lei do Exercício Profissional n.º 7.498, de 25 de junho de

1986 e o Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987, que tratam das atribuições da equipe de enfermagem contribuem diretamente para a verticalização que configura a classe trabalhadora.

O trabalho parcelado na enfermagem objetiva fixar o trabalhador em alguma etapa do processo terapêutico, semelhante ao trabalho fabril, este trabalho parcelado, no qual os cuidados são realizados por várias pessoas e o resultado final não é conhecido por todos, aliena o trabalhador. Na visão marxista o trabalho humano é um processo de produção e reprodução do homem social, nesse sentido, o homem em algum momento se tornará objeto de trabalho da enfermagem como paciente, considerando que este é a matéria na qual o trabalho será realizado (QUIRINO; COLLET, 2009).

Ao refletir sobre essas questões remete-se a imagem dos galpões das fábricas, fazendo-se uma analogia com a realidade da enfermagem. O enfermeiro desempenha a supervisão do processo do cuidar e analisa a qualidade do serviço prestado bem como o desempenho do profissional de nível médio, que corresponde ao operário. Este, “coloca a mão na massa”, mas as características de fragmentação do processo à proporção que o especializa também apropria o sentimento de pertencimento do processo do cuidar.

Com as modificações nos meios de produção e transição do regime de acumulação rígida para a flexível, sob influência do toyotismo, que construiu a imagem do profissional multitarefas, capaz de exercer várias funções em uma mesma instituição, a enfermagem passou a incentivar novos modos de relações. Passa-se a incentivar o profissional a desenvolver uma visão holística do indivíduo e a divisão de atribuições é realizada por pacientes em detrimento da divisão por técnicas, de forma que todos deveriam saber executar os cuidados completos, não mais fragmentados.

Alves (2004) considera o Toyotismo um dispositivo organizacional e ideológico que visa anular o caráter antagônico do trabalho no seio da produção do capital. Silva (2018) aponta que os novos valores sociais impostos pelo capital baseado no consumo de bens materiais modificaram o significado do trabalho e diante das transformações sociais e econômicas, a enfermagem também se reestruturou para ir ao encontro da realidade da sociedade capitalista.

Para Matos e Pires (2006), a enfermagem concentrou do modelo taylorista/fordista a divisão do trabalho em níveis hierárquicos, a fragmentação do trabalho, a avaliação do desempenho e a rigidez de horários. Na medida em que do modelo toyotista identifica-se a busca pela qualidade total, eficiência, a satisfação do paciente, a responsabilização do trabalhador com a instituição e a rotatividade dos profissionais entre os diferentes locais de trabalho.

Nessa conjuntura, o papel do enfermeiro transita de supervisor de produtividade e qualidade da equipe para líder, responsável por incentivar, motivar e capacitar sua equipe a melhor atender o ser humano sob seus cuidados e a sempre buscar o aperfeiçoamento e crescimento dentro da instituição.

Silva (2018) afirma que no capitalismo haverá sempre o trabalho intelectual e o manual, para tal há a forma-se de intelectuais orgânicos designados a organizar o trabalho e hierarquizar a profissão. Remetendo à enfermagem, os intelectuais são representados pelos enfermeiros, gerentes, coordenadores e supervisores e os proletários são os auxiliares e técnicos de enfermagem, ambos submetidos aos preceitos do sistema capitalista.

Outro aspecto que pode contribuir com a dualidade entre saber e fazer, é a divisão entre teoria e prática no ensino em enfermagem. Os componentes curriculares dividem-se entre conteúdos teóricos e aulas práticas, que visam possibilitar a execução das técnicas, previamente trabalhadas nas aulas teóricas. Desta forma, a associação entre teoria e prática é prejudicada, tem-se dificuldade de aprender na prática a teoria, de forma que consiga construir o conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragmentação do saber na enfermagem é algo substancialmente arraigado, que por décadas manteve a ênfase na divisão de tarefas, trabalhando de forma segmentada.

Nas instituições de saúde, o trabalho do auxiliar ou técnico em enfermagem, por muitos anos, foi organizado mediante a distribuição de atividades, cada profissional era designado a executar as mesmas tarefas, de maneira fragmentada com todos os pacientes, não havia a preocupação de cuidar do ser humano como um todo.

Tal constatação nos faz refletir a imagem dos galpões das fábricas reproduzidas sob influência do modelo taylorista-fordista. O enfermeiro supervisionando a assistência de enfermagem, analisando a qualidade do serviço prestado bem como o desempenho do profissional de nível médio, que corresponde ao operário. Este, “coloca a mão na massa”, mas as características de fragmentação do processo à proporção que o especializa também expropria o sentimento de pertencimento do processo do cuidar.

Nesse contexto, a enfermagem se estruturou diante de uma dicotomia, uns são formados para o fazer, o denominado **saber como**, outros para o saber, o conhecido **saber que**. Não há a pretensão de se criticar a existência do profissional de nível médio na categoria da enfermagem, mas sim, há a preocupação relacionada à maneira na qual a formação está sendo ofertada.

Uma educação emancipatória não se restringe à típica visão tecnicista, a ideia de aprender apenas o necessário ao desenvolvimento de suas habilidades profissionais, acreditando que se precisa ser bom na prática, sem valorizar uma formação integral, que lança mão de conteúdos que potencialmente fundamentam a técnica, almejando a formação de seres sociais, não apenas um profissional capacitado para desenvolver determinadas tarefas.

Ao analisar as interferências sócio-políticas no sistema educacional, diante da dualidade que acompanha a educação brasileira, tem-se no Ensino Médio Integrado uma opção que visa à formação humana integral, completa, com potencial de formar homens e mulheres críticos, capazes de transformar a sociedade e com autonomia para adequar o meio em que vive as suas necessidades.

Percebe-se que a oferta do ensino médio pelos IFs representa um ganho aos brasileiros, sejam aos estudantes pela oportunidade de ingresso em instituição que buscam a formação integral do ser humano, como também para o próprio mundo do trabalho, que terá a oportunidade de receber profissionais capacitados, não apenas executor de técnicas, mas críticos e conscientes do seu papel social no contexto no qual está inserido.

Porém, romper com os desenhos curriculares que visem atender as demandas do mercado, os quais se organizam em saberes, habilidades e atitudes, não é algo simples, envolve um período de transição e demanda o enfrentamento um percurso longo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Toyotismo. **RET- Rede de Estudos do Trabalho**. São Paulo (2004) Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/Toyotismo.pdf> . Acesso em: 20.Jul. 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335–351, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215003>. Acesso: 20.Nov.2018.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>. Acesso: 20.Nov.2018.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof**, v. 34, n. 3, p. 4–15, 2008. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/262>. Acesso: 21.Nov. 2018.

BARREIRA, Ieda de Alencar. A prática da enfermagem no Brasil: A enfermeira de saúde pública dos anos 20. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 42-57, jan/abr.1998.

BONINI, Bárbara Barrionuevo et al .Enfermeiras americanas do Serviço Especial de Saúde Pública e a formação de recursos humanos na enfermagem Brasileira. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo , v. 49, n. spe2, p. 136-143, dez. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342015000800136-&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21.Nov.2018.

BRASIL, Casa Civil. **Lei n.º 7.498/86, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm. Acesso em: 20.Out.2018.

CAVERNI, L. M. R. **Curso técnico de enfermagem**: uma trajetória histórica e legal - 1948 a

1973. Dissertação (Mestrado em Administração em Serviços de Enfermagem), São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7131/tde-31012006-111530/pt-br.php>. Acesso: 30.Out.2018.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. Brasília: **Revista Retratos da Escola**,v.5,n.8,p.27-41, Jan-Jul 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso: 21.Jul.2020.

FERREIRA, A. R. O.; MOSQUERA, J. J. M. Os professores da educação profissional: sujeitos (re)inventados pela docência. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 11, n. 16, p. 89-110, jul.-dez. 2010.

GELBCKE, F. L. 2002. **Interfaces dos aspectos estruturais, organizacionais e relacionais do trabalho de enfermagem e o desgaste do trabalhador**. Tese de Doutorado,Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84216>. Acesso: 10.Jul.2020.

GRABOWSKI, G.; KUENZER, A. Z. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22-32, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>. Acesso: 20.Nov.2018.

KNEODLER, T. da S. et al . A enfermagem em tempos de guerra: propaganda política e valorização profissional (1942-1945). **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 70, n. 2, p. 407-414, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672017000200407&lng=en&nrm=iso. Acesso: 26.Jun.2020.

MATOS, E.; PIRES, D. A organização do trabalho da enfermagem na perspectiva dos trabalhadores de um hospital escola. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.187-205. Abr. 2002. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-460642>. Acesso: 20.Jul.2020.

MATOS, E.; PIRES, D. Teorias administrativas e organização do trabalho: de Taylor aos dias atuais, influências no setor saúde e na enfermagem. **Texto contexto -enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 508-514, Set. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000300017&lng=en&nrm=iso. Acesso: 20.Jul.2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, BA. **Diretrizes e bases da educação nacional e escolas de enfermagem na década de 1960: uma visão histórica**. Dissertação. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7131/tde-20052009-110837/publico/Bernardo_Monteiro.pdf. Acesso: 20.Jul.2020.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M.R. Politecnicia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso: 10.Jul. 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica á razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PIRES, D.; GELBCKE, F. L.; MATOS, E. Organização do trabalho em enfermagem: implicações no fazer e viver dos trabalhadores de nível médio. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 2, n. 2, p. 311-326, Set. 2004 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462004000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso : 20.Jul. 2020.

QUIRINO D.D; COLLET, N. "Fácies" do trabalho de Enfermagem na assistência à criança hospitalizada. **Rev. Eletr. Enf.** v. 11, n.3, p.681-687,

2009. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a28.htm>. Acesso: 10. Jul. 2020.

RAMPAZZO, L. . **Metodologia Científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SANTOS, T. C. F. et al . Participação americana na formação de um modelo de enfermeira na sociedade brasileira na década de 1920. **Rev. esc. enferm.** São Paulo: USP , v. 45, n. 4, p.966-973, Ago., 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000400025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21.Nov.2018.

SAVIANI, D. Sobre a concepção de politecnia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/141218020/Dermeval-Saviani-Sobre-a-concepcao-de-politecnia>. Acesso: 24.Set. 2018.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnia. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, p. 131-152, Mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso: 10. Jul. 2019.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**.v. 12, n.34, p. 152-180, jan./abri.2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 05.Dez.2018.

SILVA, M. O. de O. **A enfermagem na lógica da hierarquização, da divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista**: evidências da precarização no processo de trabalho e no processo formativo do trabalhador de nível médio. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz , 2018. Disponível em: <http://repositorio.saude.go.gov.br/handle/123456789/37>. Acesso: 10. Jul.2020.